



FUNDAÇÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E O RELATÓRIO
DO AUDITOR INDEPENDENTE

Março de 2017



FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E O
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5-7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	8-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14-42
PARECER DO CONSELHO FISCAL	43

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

Pouso Alegre - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado (superávit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 19 (ii), a Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação fiscal do INSS, que totalizam R\$ 130.820.809 mil em 31 de dezembro de 2016. Os processos se relacionam a questões ligadas à imunidade tributária de Entidades Beneficentes de Assistência Social. A Administração da Fundação, amparada na opinião da sua assessoria jurídica, não consignou nenhuma provisão para perdas nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Social da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Social da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório social obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 03 de março de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

Ativo	Atividade de ensino		Ativo	Atividade de saúde	
	2016	2015		2016	2015
Ativo circulante			Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.423.706	6.893.110	Caixa e equivalentes de caixa	2.884.835	1.536.235
Títulos e valores mobiliários	298.594	239.184	Títulos e valores mobiliários	2.243.947	2.782.651
Mensalidades a receber	6.877.578	6.744.708	Mensalidades a receber	-	-
Acordos a receber	1.565.962	1.169.376	Acordos a receber	7.112	6.535
Atendimentos hosp. a receber	-	-	Atendimentos hosp. a receber	22.104.195	17.289.614
Convênios a receber com restrição	2.079.476	1.685.434	Convênios a receber com restrição	2.778.611	1.699.730
Estoques	51.008	53.436	Estoques	1.591.741	1.311.830
Outros créditos	482.272	269.090	Outros créditos	1.395.784	38.284
Despesas antecipadas	128.188	99.043	Despesas antecipadas	2.170	1.574
Total do ativo circulante	16.906.784	17.153.981	Total do ativo circulante	33.008.395	24.666.453
Ativo não circulante			Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo			Realizável a longo prazo		
Despesas antecipadas	3.339	-	Despesas antecipadas	-	-
Acordos a receber	863.325	973.133	Acordos a receber	419	419
Depósitos judiciais	460.510	199.080	Depósitos judiciais	114.579	50.387
Imobilizado	40.858.188	41.286.087	Imobilizado	36.143.887	34.253.308
Intangível	928.535	1.054.573	Intangível	698.952	595.467
Total do ativo não circulante	43.113.897	43.512.873	Total do ativo não circulante	36.957.837	34.899.581
Total do ativo	60.020.681	60.666.854	Total do ativo	69.966.232	59.566.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

Passivo	Atividade de ensino		Passivo	Atividade de saúde	
	2016	2015		2016	2015
Passivo circulante			Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.454.976	299.679	Empréstimos e financiamentos	10.215.657	10.366.298
Fornecedores	201.118	347.893	Fornecedores	5.998.967	5.965.714
Obrigações sociais e provisões de férias	4.806.921	7.262.549	Obrigações sociais e provisões de férias	6.201.339	2.535.387
Impostos e contribuições a recolher	1.190.706	1.046.088	Impostos e contribuições a recolher	464.533	411.056
Outras obrigações	2.901.717	2.698.167	Outras obrigações	425.699	642.204
Recursos de projetos em exec. c/ restrição	2.378.070	1.959.524	Recursos de projetos em exec. c/ restrição	5.022.413	4.484.088
Total do passivo circulante	12.933.508	13.613.900	Total do passivo circulante	28.328.608	24.404.747
Passivo não circulante			Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	44.593	81.930	Empréstimos e financiamentos	31.629.303	30.873.614
Outras obrigações	61.656	57.760	Outras obrigações	-	-
Provisão para demandas judiciais	2.882.257	3.100.798	Provisão para demandas judiciais	2.103.317	2.198.688
Total passivo não circulante	2.988.506	3.240.488	Total passivo não circulante	33.732.620	33.072.302
Patrimônio líquido			Patrimônio líquido		
Patrimônio social	11.465.918	11.465.918	Patrimônio social	5.581.069	5.581.069
Reserva de reavaliação	29.121.829	29.317.896	Reserva de reavaliação	12.054.427	12.213.263
Superávit (déficit) acumulado	3.510.920	3.028.652	Déficit acumulado	(9.730.492)	(15.705.347)
Total do patrimônio líquido	44.098.667	43.812.466	Total do patrimônio líquido	7.905.004	2.088.985
Total do passivo	60.020.681	60.666.854	Total do passivo	69.966.232	59.566.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

Ativo	Nota explicativa	2016	2015	Passivo	Nota explicativa	2016	2015
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.308.541	8.394.041	Empréstimos e financiamentos	14	11.670.633	10.665.977
Títulos e valores mobiliários	5	2.542.541	3.057.139	Fornecedores	15	6.200.085	6.313.607
Mensalidades a receber	6	6.877.578	6.744.708	Obrigações sociais e prov. de férias	16	11.008.260	9.797.936
Acordos a receber	7	1.573.074	1.175.911	Impostos e contribuições a recolher		1.655.239	1.457.144
Atendimentos hosp. a receber	8	22.104.195	17.289.614	Outras obrigações	17	3.327.416	3.340.371
Convênios a receber com restrição	9	4.858.087	3.385.164	Recursos de proj. em exec. c/ restrição	18	7.400.483	6.443.612
Estoques	10	1.642.749	1.365.266	Total do passivo circulante		41.262.116	38.018.647
Outros créditos	11	1.878.056	307.974				
Despesas antecipadas		130.358	100.617	Passivo não circulante			
Total do ativo circulante		49.915.179	41.820.434	Empréstimos e financiamentos	14	31.673.896	30.955.544
Ativo não circulante				Outras obrigações	17	61.656	57.760
Realizável a longo prazo				Provisão para demandas judiciais	19	4.985.574	5.299.486
Despesas antecipadas		3.339	-	Total passivo não circulante		36.721.126	36.312.790
Acordos a receber	7	863.744	973.552				
Depósitos judiciais	11	575.089	249.467	Patrimônio social		17.046.987	17.046.987
Imobilizado	12	77.002.075	75.539.395	Reserva de reavaliação		41.176.256	41.531.159
Intangível	13	1.627.487	1.650.040	Déficit acumulado		(6.219.572)	(12.676.695)
Total do ativo não circulante		80.071.734	78.412.454	Total do patrimônio líquido	20	52.003.671	45.901.451
Total do ativo		129.986.913	120.232.888	Total do passivo		129.986.913	120.232.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	Nota explicativa	2016	2015
Receita bruta educacional		84.386.263	76.645.367
Receita de mensalidade ed. básica		12.458.824	11.072.236
Receita de mensalidades ed. superior		66.178.261	61.553.977
Outras receitas operacionais		4.619.017	3.912.845
Doações		159.504	106.309
Subvenções e convênios		970.657	-
(-) Deduções da receita bruta		(14.689.091)	(13.492.817)
Bolsas concedidas integrais - lei 12.101/09		(2.345.111)	(2.176.011)
Bolsas concedidas – prouni		(6.387.357)	(5.692.871)
Bolsas concedidas integrais - lei 11.096/05		(15.564)	(23.388)
Bolsas concedidas parciais - lei 11.096/05		(48.960)	(76.756)
Bolsas concedidas - art. 12 lei 11.096/05		(1.483.693)	(1.987.938)
Programa de apoio a bolsistas		(203.580)	1
Outras bolsas concedidas		(204.976)	(157.417)
Descontos concedidos		(3.497.133)	(2.842.413)
Descontos incondicionais		(502.717)	(536.024)
(=) Receita Líquida da atividade		69.697.172	63.152.550
(-) Custos		(46.392.244)	(43.301.739)
(=) Superávit bruto		23.304.928	19.850.811
Outras receitas operacionais		14.518.668	13.356.628
Outras receitas não operacionais		15	25.484
Programas com Restrição		33.156	60.312
Isenção usufruída		14.485.497	13.270.832
(-) Despesas operacionais da atividade		(15.037.877)	(12.618.071)
Pessoal		(9.643.540)	(9.324.446)
Administrativas e gerais		(2.599.458)	(2.089.926)
Perdas no recebimento de mensalidades		(3.008.108)	(2.281.704)
Resultado financeiro		213.250	1.078.005
Programas com restrição		(21)	-
(-) Outras despesas não operacionais		(14.611.057)	(13.345.293)
Outras despesas não operacionais		(125.560)	(74.461)
Isenção usufruída		(14.485.497)	(13.270.832)
(=) Superávit da área educacional		8.174.662	7.244.075

Continua...



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

...continuação

	Nota explicativa	2016	2015
Receita bruta da área de saúde		106.453.595	99.685.365
Planos de saúde		30.922.049	25.105.936
Sistema Único de Saúde		68.873.073	69.870.416
Particulares		2.853.546	2.357.015
Outras receitas de saúde		463.358	861.488
Doações		1.812.226	1.472.460
Subvenção e convênios		1.529.343	7.050
Programa Estadual Câncer de Mama		-	11.000
(=) Receita líquida da área da saúde		106.453.595	99.685.365
(-) Custos		(106.199.580)	(93.458.809)
(=) Superávit bruto da área da saúde		254.015	6.226.556
(-) Despesas operacionais da área da saúde		(13.109.906)	(12.302.427)
Administrativas e gerais		(4.231.122)	(7.517.190)
Resultado financeiro		(5.262.923)	(4.785.237)
Programas com restrição		(3.615.861)	-
(+) Outras receitas operacionais		25.460.653	17.340.408
Outras receitas não operacionais		238.593	(9.358)
Isenção usufruída		14.584.013	12.920.902
Programa com restrição		10.638.047	4.428.864
(-) Outras despesas operacionais		(14.655.398)	(12.939.429)
Outras despesas operacionais		(71.385)	(18.527)
Isenção usufruída		(14.584.013)	(12.920.902)
(=) Déficit da área da saúde		(2.050.636)	(1.674.892)
(=) Superávit do exercício		6.124.026	5.569.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	2016	2016
Superávit do exercício	6.124.026	5.569.183
Realização da reserva de reavaliação	354.903	398.093
Resultado abrangente do exercício	6.478.929	5.967.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Déficit acumulado	Patrimônio liquido
Saldos em 1º de janeiro de 2015	17.046.987	41.929.252	(18.643.971)	40.332.268
Realização da reserva de reavaliação	-	(398.093)	398.093	-
Superávit do exercício	-	-	5.569.183	5.569.183
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.046.987	41.531.159	(12.676.695)	45.901.451
Outras mutações – resultado Isepec/Univas	-	-	(21.806)	(21.806)
Realização da reserva de reavaliação	-	(354.903)	354.903	-
Superávit do exercício	-	-	6.124.026	6.124.026
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17.046.987	41.176.256	(6.219.572)	52.003.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	6.124.026	5.569.183
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.247.172	3.048.713
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	130.421	61.625
Provisão para devedores duvidosos	4.489.030	5.724.013
Ajuste a valor presente	-	(52.209)
Reversão da provisão para demanda judiciais	(313.912)	(125.982)
Superávit do exercício ajustado	13.676.737	14.225.343
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento em mensalidades, acordos e atendimentos a receber	(9.614.738)	(10.377.964)
Aumento em convênios a receber com restrição	(1.472.923)	(519.755)
(Aumento) redução em estoques	(277.483)	227.399
(Aumento) redução em outros ativos	(2.037.879)	720.293
(Redução) aumento em fornecedores	(113.523)	1.187.590
Aumento em obrigações sociais e provisão de férias	1.210.325	858.955
Aumento em impostos e contribuições a recolher	198.095	122.566
Aumento em recursos de projetos em execução com restrição	956.871	1.326.597
(Redução) aumento em outras obrigações	(9.060)	458.047
Disponibilidades Líquidas geradas pelas ativ. operacionais	2.516.422	8.229.071
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(4.226.672)	(3.397.190)
Aumento em intangível	(591.050)	(726.124)
Disponibilidades Líquidas aplicadas pelas ativ. de investimentos	(4.817.722)	(4.123.314)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Variação dos empréstimos e financiamentos	1.723.008	1.122.600
Outras - resultado Isepec/Univas	(21.806)	-
Disponibilidades Líquidas aplicadas pelas ativ. de financiamentos	1.701.202	1.122.600
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(600.098)	5.228.357
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no fim do período	10.851.082	11.451.180
Caixa e equiv. de caixa (+) títulos e valores mob. no início do período	11.451.180	6.222.823
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(600.098)	5.228.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

	2016	2015
Receitas	228.878.987	205.509.363
Receitas de atividades área educacional	78.634.815	72.619.772
Receitas de atividades área saúde	107.483.453	98.152.530
Isenção usufruída	29.069.515	26.191.733
Outras receitas	13.691.204	8.545.328
Insumos adquiridos de terceiros	(82.655.725)	(74.569.844)
Custos de manutenção das atividades	(69.741.520)	(63.356.724)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.914.205)	(11.213.120)
Valor adicionado bruto	146.223.262	130.939.519
Depreciações/amortizações	(3.244.862)	(3.063.365)
Valor adicionado líquido prod. Pela entidade	142.978.400	127.876.154
Valor adicionado recebido em transferência		
Doações	1.940.182	1.518.604
Receitas financeiras	3.034.801	2.592.503
Valor adicionado total a distribuir	147.953.383	131.987.261
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores	89.932.330	80.358.985
Despesas juros	12.084.311	9.626.164
Assistência social, educacional e saúde	10.743.201	10.241.197
Isenção usufruída	29.069.515	26.191.732
Superávit do exercício	6.124.026	5.569.183
Valor adicionado total distribuído	147.953.383	131.987.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. É uma entidade sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos: (i) Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural; (ii) Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência; (iii) Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade; e (iv) Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



As demonstrações financeiras requerem em sua elaboração a utilização de estimativas contábeis para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em real, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 03 de março 2017. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Diretor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Fundação são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.



3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.



Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.



c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2016.

d) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.



e) Contas a receber

Segregadas por natureza (SUS, convênios e mensalidades das instituições de ensino) das respectivas transações, sendo que os encargos, quando devidos, foram reconhecidos como receita financeira do exercício pelo regime da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades a receber e contas a receber de atendimentos hospitalares.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea efetuada por peritos independentes, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. O imobilizado em andamento é demonstrado pelo custo já incorrido e pelo valor desembolsado, respectivamente. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.



h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

i) Empréstimos e financiamentos

Registrado pelo valor de captação e atualizados parcialmente pelos encargos contratuais incorridos até a data do balanço.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

k) Recursos de projetos em execução com restrição

São registrados nesta conta os valores repassados dos agentes cedentes em contrapartidas a bancos, aplicações financeiras e outros ativos vinculados a cada projeto.

l) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.



m) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

p) Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação ocorre na medida em que os bens reavaliados forem sendo alienados, baixados ou depreciados.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2016	2015
Caixa	52.823	93.860
Bancos conta corrente	364.321	8.222.019
Aplicações financeiras	7.891.397	78.162
Total	8.308.541	8.394.041

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Fundação considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatados de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.



5. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2016	2015
Vinculados aos projetos – nota explicativa 18	<u>2.542.541</u>	<u>3.057.139</u>

Em “Títulos e valores mobiliários” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação e de acordo com a execução dos projetos.

6. Mensalidades a receber

Descrição	2016	2015
Unidade Central	3.394.056	3.125.732
Unidade Fátima	3.209.422	3.031.432
FIES	3.292.635	3.137.636
Colégio Vale do Sapucaí	1.245.419	906.484
Colégio João Paulo	386.488	329.191
Pós-Graduação	1.009.955	928.332
Isepec	-	62.534
Outras	4.132	4.132
(-) Provisão p/ devedores duvidosos	(5.664.529)	(4.780.765)
Total	<u>6.877.578</u>	<u>6.744.708</u>

Representado por saldos a receber referentes aos serviços prestados de ensino.



7. Acordos a receber

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Unidade Central	3.415.298	406.880	2.704.215	516.689
Unidade Fátima	2.541.596	368.426	2.435.543	368.426
Colégio Vale do Sapucaí	294.379	8.299	200.773	8.299
Colégio João Paulo	252.155	28.874	245.560	28.874
Pós-Graduação	199.716	40.236	199.628	40.236
Isepec	27.647	3.698	26.698	3.697
Acord.Mensal.TASP -Univás	962.910	6.912	999.008	6.912
Acord. Mensal.TASP – CVS	68.927	-	93.025	-
Acordos - TASP - CJP	2.860	-	3.166	-
Acordos - TASP - Isepec	2.100	-	2.100	-
Outros	128.799	419	127.874	419
Ajuste a valor presente	(282.341)	-	(282.341)	-
(-) Prov. p/ deved. duvidosos	(6.040.972)	-	(5.579.338)	-
Total	1.573.074	863.744	1.175.911	973.552

Representado por saldos a receber referentes a acordos de mensalidades não recebidas.



8. Atendimentos hospitalares a receber

Descrição	2016	2015
Convênios	8.839.377	7.336.944
Pacientes particulares	60.709	59.365
Convênio SUS	28.916.986	22.507.735
Secretaria de Estado da Saúde	159.282	166.332
(-) Provisão p/ devedores duvidosos	(15.872.159)	(12.780.762)
Total	22.104.195	17.289.614

9. Convênios a receber com restrição

Descrição	2016	2015
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES (Urg. e Emerg.)	443.000	443.000
Fapemig 11013-10 – Univas	3.900	3.900
Fapemig 5163-11 – Univas	14.300	14.300
Conv. a rec. PEP – Univas	258.634	258.634
T.C. 2483/13-SES/SUS-MG/FES (Reforma Urgência)	566.467	566.467
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES (Equip. Urgência e	690.263	690.263
Fapemig bolsas TC Nº 5.298/15	1.151.250	1.408.600
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-SUS/MG nº2.290	1.078.881	-
Fapemig Processo MPR 00155/16 - Modalidade Apoio Prof.	57.600	-
Convênio Apex - Univás - Peiex Sul MG 00003247-0	593.792	-
Total	4.858.087	3.385.164



10. Estoques

Descrição	2016	2015
Central de abastecimento	1.624.022	1.348.270
Outros	18.727	16.996
Total	1.642.749	1.365.266

11. Outros créditos

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cheques custodiados	199.500	-	139.631	-
Aluguéis	1.500	-	-	-
Cheques em cobrança	90.680	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	529.859	-	6.880	-
Cartão de crédito/débito	250.161	-	142.873	-
Adiantamentos a colaboradores	(1.159)	-	18.590	-
Valores a rec. – incent. Governamental (i)	800.000	-	-	-
Outros Devedores	7.515	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	575.089	-	249.467
Total	1.878.056	575.089	307.974	249.467

(i) Valor a receber em aberto, conforme estabelecido na resolução SES nº 3511 de 14 de novembro de 2012.



12. Imobilizado

Descrição	Taxa	Depreciação		2016	2015
	média deprec. anual	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas mot. aparelhos	8,74%	14.831.257	(9.156.804)	5.674.453	5.969.013
Computadores e periféricos	23,55%	3.034.607	(2.336.935)	697.672	750.823
Edifícios	2,48%	27.490.263	(4.000.387)	23.489.876	23.986.565
Bibliotecas	10%	1.661.323	(1.233.682)	427.641	508.341
Mobiliário Geral	11,23%	4.755.661	(2.890.765)	1.864.896	1.784.468
Veículos	20%	190.358	(125.315)	65.043	91.963
Terrenos	-	37.190.559	-	37.190.559	37.190.559
Instal. Esp. Áreas de Lazer	2,48%	1.009.902	(111.030)	898.872	914.711
Obras em andamento	-	619.302	-	619.302	573.187
Veículos c/ restrição	20%	60.000	(25.133)	34.867	46.867
Bibliotecas c/ restrição	10%	31.501	(3.134)	28.367	2.368
Mobiliário geral c/ restrição	10%	495.665	(18.300)	477.365	85.309
Edifícios c/ restrição	4%	543.600	(34.839)	508.761	526.156
Obras c/ restrição	-	1.232.714	-	1.232.714	1.232.714
Máq. Mot. Ap. c/ restrição	10%	4.270.777	(625.544)	3.645.233	1.807.428
Comput. Perif. c/ restrição	20%	184.816	(38.362)	146.454	68.923
Total		97.602.305	(20.600.230)	77.002.075	75.539.395

A Fundação registrou reavaliação espontânea baseada em laudos emitidos por peritos independentes: em 31 de dezembro de 2014, dos bens imóveis; em 31 de dezembro de 2006, dos bens máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e móveis e utensílios; e em 31 de janeiro de 2007, dos bens veículos. Em contrapartida da mais valia do imobilizado foi registrada a reserva de reavaliação.

As vidas úteis e valor residual foram revisados seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado.



13. Intangível

Descrição	2016		2015	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	6.410	-	6.410	6.410
Softwares	4.312.820	(3.025.054)	1.287.766	1.454.492
Softwares c/ restrição	434.571	(101.260)	333.311	189.138
Bibliotecas	127.851	(127.851)	-	-
Total	4.881.652	(3.254.165)	1.627.487	1.650.040

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante
Capital de giro	11.670.633	31.673.896	10.665.977	30.955.544

Os encargos contratuais são de 16,76% a.a. e 21,70% a.a. As garantias são a alienação de cobrança das verbas SUS e convênios.

15. Fornecedores

Descrição	2016	2015
Fornecedores nacionais	6.149.342	6.303.976
Prestadores de serviços	50.743	9.631
Total	6.200.085	6.313.607



A Fundação nas datas de 31 de dezembro de 2016 não possuía nenhuma transação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

16. Obrigações sociais e provisões de férias

Descrição	2016	2015
Salários a pagar	4.088.590	3.747.052
RCT	12.773	4.771
Sindicatos a pagar	38.250	29.878
Acordos judiciais – trabalhistas	73.704	84.387
Residência/ Serv. Médicos a pagar	210.358	174.219
FGTS a recolher	735.199	661.301
INSS a recolher	534.991	476.935
FGTS parcelamento	3.089	3.089
Outros	110.779	79.087
Provisão de férias e encargos	5.200.527	4.537.217
Total	11.008.260	9.797.936

17. Outras obrigações

Descrição	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos não identificados	491.660	-	639.093	-
Adiant. de mensalidades	1.491.232	61.656	1.266.539	57.760
Seguros a pagar	7.995	-	8.727	-
Credores diversos	593.497	-	554.918	-
Aluguéis	38.450	-	24.656	-
Adiantamento de matrículas	559.594	-	571.856	-
Diversos	144.988	-	274.582	-
Total	3.327.416	61.656	3.340.371	57.760



18. Recursos de projetos em execução com restrição

Descrição	2016	2015
T.C 1737/12 -SES/MG/FES	-	230
T.C. 1736/12 EMG/SES/SUS-MG/FES	461.816	460.826
Projeto Temedicina para hospitais de MG	26.381	26.537
Portaria nº 2.693, de 17/11/ 2011	86.819	88
T.C.1770/12EMG/SES/SUS-MG/FES UTI	-	227.661
Fapemig 5113/08 - Univas	40.106	37.478
Fapemig 11013/10 - Univas	11.447	11.954
Fapemig 5163-11 - Univas	60.005	56.830
Programa de Educ. Permanente	326.351	321.356
Resolução SES nº 3.238 - 18/04/12	132.869	813
Portaria Nº 3.088, de 23/12/11	36.272	34.339
T.C. 2510/13-SES/SUS-MG/FES.	690.428	690.991
T.C.2483/13-SES/SUS-MG/FES	566.723	566.927
Fapemig MPR00008-13 Mest Profissional	-	9
Fapemig CHE APL 00065-14	-	34.906
Pro-Hosp 2014 - Hcsl	-	1.451.381
T.C.807912/14	161.647	1.024.294
Fapemig Bolsas T.C. Nº	1.223.652	1.496.992
T.C.826528/15	1.236.519	-
T.C 822084/15	443.351	-
Pro-Hosp 2016 Deliberação CIB-	1.179.587	-
Fapemig Processo MPR 00155/16	115.087	-
Convênio Apex – Univás	601.423	-
Total	7.400.483	6.443.612

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e outras instituições, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.



19. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2016	2015
Cíveis <i>(i)</i>	2.684.696	2.581.391
Trabalhistas <i>(i)</i>	2.295.798	2.709.305
Tributário	5.080	8.790
Total	4.985.574	5.299.486

(i) A Fundação está discutindo na justiça ações de naturezas indenizatória e trabalhista. Na opinião dos assessores jurídicos, o desfecho desses processos é de perda remota, possível ou provável em valores inferiores ao da causa. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações cíveis e trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos da Fundação.

Ainda, conforme os assessores jurídicos há demandas cíveis e trabalhistas com expectativa de perda possível, cujos valores originais são de R\$ 3.638.384 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.905.469 em 2015). E também, há depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 575.089 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 249.467 em 2015). Os desfechos das demandas não são praticáveis de serem estimados no momento diante das características especialíssimas da justiça, em especial do trabalho.

(ii) A Fundação discute judicialmente execução fiscal e notificação do INSS que totalizam R\$ 130.820.809 em 31 de dezembro de 2016. Os assessores jurídicos, com base no mérito e nas provas, são da opinião de que o desfecho destes processos é de perda remota. Desta forma, a Administração também optou em não constituir nenhuma provisão para contingência.

A Fundação no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é considerado suficiente pela administração e assessoria jurídica da Fundação para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.



20. Patrimônio Líquido

a. **Patrimônio social:** Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros. E ainda, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits, conforme determina a legislação vigente.

b. **reserva de reavaliação:** A Administração da Entidade, com base na faculdade prevista na Lei nº 11.638/2007, decidiu pela manutenção da reserva de reavaliação até a sua realização final, que se dá por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados.

c. **Superávit (déficit) acumulados:** Corresponde aos superávits ou déficits do exercício, que são transferidos para o patrimônio social após a aprovação das contas pelo Conselho Diretor, conforme determina a legislação vigente.

21. Doações e contribuições recebidas

Descrição	2016	2015
Total	1.940.183	1.518.604

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 4º, conforme demonstrativo.

22. Demonstrativo das contribuições previdenciárias

Exercícios				
2013	2014	2015	2016	Total
23.262.025	24.033.529	26.191.733	29.069.515	102.556.802

O Recurso interposto contra a Portaria 30 de 12 de janeiro de 2012 que indeferiu a renovação do CEBAS constante das anotações dos Balanços anteriores, por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG, foi julgado procedente a favor da FUVS, conforme publicação no DOU de 04 de agosto de 2016 nos seguintes termos:



“Processo no: 71000.077760/2009-08

Interessada: Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Assunto: Pedido de renovação de CEBAS. Recurso. Deferimento por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG.

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência, com fulcro no art. 50, § 1o, da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos termos do Parecer no 756/2016/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, e por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança no 10.375/DF, confirmada no julgamento da Reclamação no 15.624/MG, cuja força executória foi atestada pelo Parecer PGFN/CRJ no 255/2016, conheço do recurso interposto pela entidade e dou-lhe provimento, para reformar a decisão constante na Portaria SESu no 30, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União no 10, de 13 de janeiro de 2012, Seção 1, página 15.” (DOU, Seção 1 de 04 de agosto de 2016) (G.ns.)

23. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram constituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.



As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas à revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão também, sujeitos à revisão por diferentes períodos prescricionais.

24. Contribuições sociais usufruídas (isentas)

Conforme o artigo 29 da Lei Nº 12.101/09 a entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

25. Obrigações da saúde para fins de CEBAS

A Entidade em atendimento a licitação nº 09/2014 - contrato 152/2014, OBJETO: contratação de hospital para execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.



26. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 9º item 1c da Portaria do MS 1970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no contrato de contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
Nº de internações	14.429	541	2.843	17.813
Nº de cirurgias	9.803	449	2.187	12.439
Total	24.232	990	5.030	30.252

Movimento obstétrico

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
Nº de partos/curetagens/intercorrências/ano	2.502	146	269	2.917

Movimento externo / interno ano

Dados dos serviços prestados	SUS	Part.	Convênios	Total
SADT	1.040.735	15.731	170.410	1.226.876
Fisioterapia	143.931	31	24.934	168.896
Hemodinâmica	1.338	149	258	1.745
Litotripsia	520	31	46	597
Ambulatórios – nº atendimentos	83.906	-	-	83.906
Pronto socorro – nº atendimentos	97.687	2.060	87.259	187.006
Serviço de quimioterapia	9.053	-	-	9.053
Serviço de radioterapia	46.569	-	-	46.569
Serviço terapia renal subst.	27.294	-	1274	28.568
Total	1.451.033	18.002	284.181	1.753.216

Fonte: dados estatísticos do HCSL.



27. Da concessão dos recursos em assistência à saúde

Conforme determinação do artigo 4º da Lei No. 12.101/09 artigo 19 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 7º da Portaria do MS Nº 1.970, de 16 de agosto de 2011 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em contrato de contratualização;
- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei Nº 12.101/09 artigo 18 do Decreto Nº 7.237/10 e artigo 5º da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;
- número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).

Dados dos serviços prestados SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	14.429	72.158	-
Ambulatoriais	-	-	873.867

Fonte: DATASUS – Ministério da Saúde.

Dados dos serviços prestados não SUS	Internações	Pacientes dia	Procedimentos
Internações	3.384	13.181	-
Ambulatoriais	-	-	194.761

Fonte: Sistema Tasy / CIHA

Internações SUS	84,55%
Ambulatoriais SUS	80,44%
Percentual SUS final – antes da verificação do art 33.	94,55%
Percentual SUS final ao CEBAS.	102,05%

Fonte: dados DATASUS (AIH, CIH, CIHA, SAI)



28. Obrigações da educação para fins de CEBAS

Conforme determinação do artigo 40 da Lei Nº 12.101/09 e o Decreto Nº 7.237/10 a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>).

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

Em atendimento no artigo 13 da Lei Nº 12.101/09 e o artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

29. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais.

Em atenção ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica) e artigo 11 da Lei 11.096/05 (Ensino Superior), a Fundação atendeu integralmente ao prescrito nas legislações supracitadas, concedendo 01 bolsa integral para cada 09 estudantes pagantes no ano de 2015.

Educação Básica		Quantidade
Alunos matriculados	(i)	1.131
Alunos pagantes		949
Alunos necessários (relação 1 para 9)		106
Alunos com bolsa parcial		40
Alunos com bolsa integral		182



<u>Cursos de graduação e sequencias</u>		<u>Quantidade</u>
Alunos matriculados	(i)	2.605
Alunos pagantes		2.257
Alunos necessários (relação 1 para 9)		251
Alunos com bolsa parcial		139
Alunos com bolsa integral		348

(i) Excluídos os inadimplentes e os bolsistas integrais que não se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009.

30. Demonstrativo da composição dos 20% de gratuidade sobre receita – educação básica e ensino superior.

Em atendimento ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica), artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 e pela Lei Nº 11.096/05 artigo 11 (Ensino Superior), a instituição demonstra abaixo a composição dos 20% de gratuidade educacional concedida sobre a receita efetivamente recebida da Educação Básica e Ensino Superior.

As aplicações em gratuidades educacionais para o exercício de 2016, considerando a Lei Nº 12.101/09, o Decreto 7.237/10 e as regras do PROUNI estão demonstrados a seguir:



DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE
A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA – EDUCAÇÃO BÁSICA 2016

(=) Mensalid./semestre./anuidades a receber no início do exercício	1.031.628	
(+) Receita Bruta de mensalid./semestralidades/anuidades do exercício	11.323.613	
(-) Bolsas de estudo integrais	1.725.579	
(-) Bolsa de estudo parciais	60.412	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	-	
(-) Descontos concedidos s/ mens./semestre./anuidades do exercício	1.478.491	
(-) Perdas com devedores duvidosos	406.630	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	-	
(-) Mensalid./semestralidades/anuidades a receber no final do exercício	1.376.411	
(=) Total de receita efetivamente recebida (base de Cálculo)	7.307.718	
OBRIGAÇÃO 20% SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA	1.461.544	20%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas integrais (100%)	1.725.579	23,61%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas parciais	60.412	0,83%
Valor mínimo da Gratuidade	1.461.544	20,00%
Valor Total Aplicado em Gratuidade - Lei 11.096/2005	1.785.992	24,44%

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE
A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA – EDUCAÇÃO SUPERIOR 2016

Mensalidades/semestre./anuidades a receber no início do exercício	16.471.801	
(+) Receita Bruta de mensalidades/semestre./anuidades do exercício	61.710.156	
(-) Bolsas de estudo integrais	7.019.782	
(-) Bolsa de estudo parciais	1.464.526	
(-) Perdas com Devedores duvidosos	3.949.753	
(-) Descontos concedidos s/ mens./semestre./anuidades do exercício	3.685.800	
(-) Devolução/cancelamentos mens./semestre./anuidades do exercício	-	
(-) Outras bolsas de estudos integrais/parciais	354.488	
(-) mensalidades/semestre./anuidades a receber no final do exercício	19.723.831	
(=) Total de receita efetivamente recebida (base de Cálculo)	41.983.775	
OBRIGAÇÃO 20% SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA	8.396.755	20%
Percentual Aplic. em Gratuidade - Educação Bolsas integrais (100%)	7.019.782	16,66%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas parciais	1.464.526	3,48%
Valor mínimo da Gratuidade	8.396.755	20,00%
Valor Total Aplicado em Gratuidade - Lei 12.101/2009	8.484.309	20,21%



31. Da concessão dos recursos em assistência educacional – educação básica e base de cálculo do ensino superior (adesão ao PROUNI)

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, em conformidade com o artigo 13 da Lei Nº 12.101/09 e artigo 25 do Decreto Nº 7.237/10 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei Nº 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda:

- A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.
- A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do artigo 13 da Lei Nº 12.101/09, descrito a seguir:

“Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1º, pelo menos 20% (vinte por cento)” da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.”

32. Demonstração da base de cálculo do ensino superior (adesão ao PROUNI)

Em observância à Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, aderiu ao Programa Universidade Para Todos - PROUNI, em dezembro de 2004, através do qual, além de outras assistências educacionais e programas filantrópicos que a Entidade mantém, oferece gratuidades integrais aos beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

A receita base de cálculo referente ao Ensino superior foi elaborada em conformidade com o artigo 11 inciso I da Lei nº 11.096 conforme descrito a seguir:



“Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3o e no inciso II do caput e §§ 1o e 2o do art. 7o desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.”

33. Remuneração da administração.

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. A administração da Fundação está a cargo de um Conselho Diretor. Este conselho é composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, que empossará os membros, com um mandato de quatro anos.

Os membros dos órgãos acima referidos não perceberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

34. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.



O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

35. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Luiz Roberto Martins Rocha

Presidente da FUVS

Roseli Maria de Oliveira

Contadora CRCMG: 77.778/0



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit /ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, realizados em 31 de dezembro de 2016, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores, BLB – Auditores Independentes, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativo ao exercício supracitado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

Para seu documento, firmamos o presente.

Pouso Alegre, 14 de março de 2017.

Aluisio Goulart Vilela

Empresário – M-487.190/MG

Benedito Macário Ferreira

Empresário – M-796.533

Jair Antônio Camilo

Empresário – M-2.687.392

José Antônio Moraes

Empresário – 30.478/MG